

SUPOSTAS CAUSAS DA REPÚBLICA

Maria Lúcia de Souza Rangel RICCI

Tornou-se lugar comum dizer que três fatos foram os mais significativos para a queda do Império Brasileiro: a abolição da escravatura, a denominada “Questão religiosa” e a “Questão militar”, embora nos pareça muito mais incisivo e definitivo para o que ocorreu em 1889, o reconhecimento da efetivação de uma maior dinâmica nas forças motrizes da economia do Império, que, se não teve a suficiente força para romper as amarras do subdesenvolvimento, foi, pelo menos, suficiente para provocar o grande desequilíbrio no imobilismo colonial em que até então se alicerçavam as estruturas do país, exigindo modificações sócio-políticas imediatamente inerentes às novas condições.

No entanto, como as rédeas do poder político se encontravam em mãos de uma camada social ligada ao meio rural, e cujos interesses não mais encontravam consonância com o momento histórico, não permitiram concessões, acirraram-se as contradições que acabaram por corroer e destruir o edifício imperial.

Com a abolição, os proprietários rurais, indignados com a monarquia, desinteressaram-se pelo destino da mesma, e muitos deles ingressaram no Partido Republicano (talvez muitos deles pensando até numa possível indenização pelas perdas sofridas com a abolição, já que a monarquia não os indenizara), fato este que se vinculava bem à profecia do Barão de Cotegipe quando disse à Princesa Isabel que ela ganhara a abolição, mas perdera o trono.

Com relação à Questão Religiosa, é sempre oportuno lembrar que a história do clero brasileiro, sobretudo durante o Império, é mais de ordem econômico-social do que propriamente espiritual.

Nossa religiosidade era mais de hábito do que de fé, e os próprios viajantes estrangeiros que percorreram o Brasil por essa época, caso, por exemplo, de Saint-Hilaire, Kidder e tantos outros, já observavam isso.

A influência do clero se fazia sentir mais dentro de um espírito de fanatismo, fruto da própria ignorância do povo, sendo pouco afeito à teologia, dando-se bem, portanto, com o regalismo. Poucos eram aqueles que, zelosos dos princípios teológicos, do direito canônico, revoltavam-se com o regalismo e com o sincretismo da massa popular. Dos poucos representantes de uma “elite clerical”, lembram-se os nomes de D. Vital de Oliveira, bispo de Olinda, e de D. Antônio de Macedo Costa, bispo do Pará, que acabaram por entrar em choque com o governo imperial, provocando o início da questão religiosa, que se prolongou de 1872 a 1875.

Ocorreu, de início, no Rio de Janeiro, em 1872, e nada mais foi que uma divergência entre os bispos e a maçonaria. Esta, na ocasião promoveu uma festa em homenagem ao seu grão-mestre, o Visconde do Rio Branco, pela lei da libertação dos filhos de escravos (28 de setembro de 1871), e um padre maçom fizera um discurso bem maçônico e, por isto, fora suspenso pelo bispo. Iniciar-se-ia, assim, a luta que envolveu alguns bispos, a maçonaria e o governo.

D. Vital, anti-maçom, proibira qualquer manifestação deste tipo, e os maçons, seguros de sua força política, publicaram uma lista envolvendo nomes importantes, inclusive de padres, que faziam parte dessa instituição. D. Vital suspendeu a todos eles e ordenou que os maçons fossem eliminados das irmandades religiosas. Ninguém o obedeceu e os maçons apelaram à Coroa e esta, pelo Conselho de Estado, atendeu-os. A 12 de junho de 1873, o governo ordenou que o bispo levantasse o interdito e deixasse tranqüilos os maçons em suas irmandades. Ante a recusa de D. Vital, o governo retirou o interdito.

Pelas mesmas razões, no Pará, iria sofrer D. Antônio de Macedo Costa; e em 1874 os dois bispos foram condenados a quatro anos de prisão.

Todavia essa questão religiosa não foi uma causa imediata da República, até porque tal querela passou praticamente ignorada pelo povo e indiferente aos intelectuais; porém, o alto clero, daí em diante, tornou-se apático à monarquia e alguns de seus representantes aceitaram a idéia da República.

Com relação à Questão Militar, aí distinguimos o papel de outro importante grupo da classe média. Como escreveu Nelson Werneck Sodré, “desde que empresara a autonomia, a classe senhorial articulava o seu sistema de força militar em três suportes principais: a Marinha, a Guarda Nacional e a tropa mercenária. A Guarda Nacional era o poder específico da classe senhorial. Sua organização regional, seu processo de recrutamento, confundindo no titular de comando o titular da propriedade, suas missões

taxativas caracterizavam a instituição. Ela se destinava a manter os privilégios da classe dominante e era acionada pelos seus elementos. O poder militar era assumido, assim, em cada propriedade, pelo detentor do poder econômico diretamente".¹

Com a Guerra do Paraguai a tradição foi alterada, pois só uma força militar específica, profissional, atenderia às necessidades do conflito, força essa que foi recrutada na classe média, plenamente constituída em 1870, quando a Guerra do Paraguai chegou ao seu fim.²

A classe dominante não tinha simpatias pelo Exército, tratando-o como subalterno e o próprio Imperador assemelhava-se nessa atitude. E os propagandistas republicanos, aproveitando-se dessa oportunidade, explorariam a desconfiança existente entre oficiais e políticos monárquicos, para expandir suas idéias, já que, se fôssemos claramente definir a situação política dos militares nessa época, observaríamos que, de conformidade com o art. 6º da Carta de 1824, o militar, no rigor da palavra, era um "cidadão brasileiro", e neste sentido com direitos de dizer ao Ministro ou a qualquer superior: "estais fora da lei, exerceis um arbítrio absoluto que não tendes e não podeis ser obedecidos; não vos obedecemos".

E são sobejamente conhecidas as ordens emitidas por dois ministros liberais e um conservador, proibindo aos militares o uso da imprensa, principalmente em sua defesa natural, e a atitude do governo que, prevalecendo-se de um poder discricionário, mandou punir, com prisão e repreensão aos militares que usaram de seu meio legal de defesa.

Duas forças - o exército e parte da camada das populações - fundiram-se ambas numa só coletividade, a dos cidadãos, dentro de um espírito de dignidade e de solidariedade com um regulador supremo: a pátria. No entanto, para a monarquia, o exército deveria oprimir as outras classes sociais e o governo, por sua vez, deveria oprimir o exército, havendo só uma classe garantida: a oligarquia dinástica, que procurava sempre fazer dos homens d'armas uma classe de "servos passivos", ainda mais coata que a do funcionalismo público burocrático ou que a do próprio clero.

E para que se completasse esse domínio absoluto, foi confiada a sua direção suprema a indivíduos completamente alheios ao ofício, os quais decidiam dos altos negócios da defesa do país, sem possuir a menor idéia da arte militar. Naturalmente, os republicanos colocaram-se ao lado do exército, num voto de confiança, para poder realmente corresponder às aspirações patrióticas.

(1) Sodré, Nelson Werneck - **Introdução à revolução brasileira**: 183. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1958.

(2) Sodré, Nelson Werneck - **op. cit.**: 184.